

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do BPN Brasil Banco Múltiplo S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais)			
	2015	2014		2015	2014	Semestres findos em 30 de junho	
						2015	2014
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>219.014</b>	<b>168.563</b>	<b>Circulante</b>	<b>187.692</b>	<b>109.670</b>		
Disponibilidades (nota 4)	3.617	15.040	Depósitos (nota 11)	40.842	32.264		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	47.799	38.832	Depósitos a vista	5.454	8.979		
Aplicações no mercado aberto	47.799	38.002	Depósitos interfinanceiros	-	653		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	830	Depósitos a prazo	35.388	22.632		
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>31.347</b>	<b>20.654</b>	<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>31</b>	<b>84</b>	<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>30.110</b>
Carteira própria (nota 6)	5.402	8.992	Recebimentos e pagamentos a liquidar	31	84	Operações de crédito (nota 19 (e))	12.226
Instrumentos financeiros derivativos (nota 6 (e))	8.251	-	<b>Relações interdependências (nota 19 (b))</b>	<b>516</b>	<b>6.078</b>	Operações com títulos e valores mobiliários (nota 6 (d))	4.260
Vinculados ao Banco Central (nota 6)	-	4.422	Recursos em trânsito de terceiros	516	6.078	Instrumentos financeiros derivativos (nota 6 (e))	10.308
Vinculados à prestação de garantias (nota 6)	17.694	7.240	<b>Obrigações por empréstimos (nota 11)</b>	<b>118.284</b>	<b>20.072</b>	Operações de câmbio (nota 19 (f))	3.316
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>71</b>	<b>33</b>	Empréstimos no exterior	118.284	20.072	<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(25.385)</b>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	5	15	<b>Obrigações por repasses no país - instituições oficiais (nota 11)</b>	<b>15.396</b>	<b>33.958</b>	Operações de captação no mercado (nota 19 (g))	(4.149)
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	66	18	Outras instituições	15.396	33.958	Operações de empréstimos, cessões e repasses (nota 19 (h))	(20.590)
<b>Operações de crédito</b>	<b>92.632</b>	<b>65.060</b>	<b>Instrumentos financeiros derivativos (nota 6 (e))</b>	<b>732</b>	<b>-</b>	Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (nota 19 (a))	-
Setor privado (nota 7)	94.753	69.629	Instrumentos financeiros derivativos	732	-	Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7 (d))	(646)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7 (d))	(2.121)	(4.569)	<b>Outras obrigações</b>	<b>11.891</b>	<b>17.214</b>	<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>4.725</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>32.994</b>	<b>28.630</b>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	31	234	<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(7.198)</b>
Carteira de câmbio (nota 10)	28.065	25.054	Carteira de câmbio (nota 10)	7.707	13.398	Receitas de prestação de serviços (nota 19 (i))	531
Rendas a receber	35	6	Fiscais e previdenciárias	358	286	Rendas de tarifas bancárias (nota 19 (ii))	245
Negociação e intermediação de valores (nota 6 (e))	-	36	Negociação e intermediação de valores (nota 6 (e))	88	-	Despesas de pessoal (nota 19 (j))	(4.520)
Diversos (nota 9)	5.278	12.245	Dívidas subordinadas (nota 11)	122	91	Despesas administrativas (nota 19 (k))	(4.924)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 7 (d))	(384)	(8.711)	Diversas (nota 12)	3.585	3.205	Despesas tributárias	(491)
<b>Outros valores e bens</b>	<b>10.554</b>	<b>314</b>	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>77.566</b>	<b>71.045</b>	Outras receitas operacionais (nota 17)	5.054
Bens não de uso próprio (nota 8)	10.274	-	Depósitos (nota 11)	29.054	34.939	Outras despesas operacionais (nota 18)	(3.093)
Provisões para desvalorizações (nota 8)	(374)	-	Depósitos a prazo	29.054	34.939	<b>Resultado operacional</b>	<b>(2.473)</b>
Despesas antecipadas	654	314	<b>Obrigações por empréstimos (nota 11)</b>	<b>15.695</b>	<b>-</b>	<b>Resultado não operacional (nota 19 (l))</b>	<b>38</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>91.748</b>	<b>55.313</b>	Empréstimos no exterior	15.695	-	<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>(2.435)</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>13.240</b>	<b>-</b>	<b>Obrigações por repasses no país - instituições oficiais (nota 11)</b>	<b>5.322</b>	<b>14.645</b>	<b>Imposto de renda e contribuição social (nota 15)</b>	<b>-</b>
Instrumentos financeiros derivativos (nota 6 (e))	2.712	-	Outras instituições	5.322	14.645	<b>Prejuízo do semestre</b>	<b>(2.435)</b>
Vinculados à prestação de garantias (nota 6)	10.528	-	<b>Outras obrigações</b>	<b>27.495</b>	<b>21.461</b>	Número de ações (em milhares) (nota 14 (a))	194.295
<b>Operações de crédito</b>	<b>66.133</b>	<b>34.390</b>	Fiscais e previdenciárias (nota 13 (a))	1.700	1.552	Prejuízo por lote de mil ações - R\$	(12,53)
Setor privado (nota 7)	68.571	38.712	Dívidas subordinadas (nota 11)	24.815	17.615		(94,98)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7 (d))	(2.438)	(4.322)	Diversas (nota 12)	980	2.294		
<b>Outros créditos</b>	<b>3.827</b>	<b>2.057</b>	<b>Resultados de exercícios futuros (nota 19 (c))</b>	<b>92</b>	<b>92</b>		
Rendas a receber	1	1	Resultados de exercícios futuros	92	92		
Diversos (nota 9)	4.631	2.056	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>46.259</b>	<b>44.145</b>		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 7 (d))	(805)	-	Capital social - domiciliado no exterior (nota 14 (a))	199.220	187.570		
<b>Outros valores e bens</b>	<b>8.548</b>	<b>18.866</b>	Prejuízos acumulados	(152.961)	(143.425)		
Bens não de uso próprio (nota 8)	8.530	19.220					
Provisões para desvalorizações (nota 8)	-	(374)					
Despesas antecipadas	18	20					
<b>Permanente</b>	<b>847</b>	<b>1.076</b>					
<b>Investimentos</b>	<b>134</b>	<b>134</b>					
Outros investimentos	134	134					
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>498</b>	<b>609</b>					
Outras imobilizações de uso	2.208	2.269					
Depreciações acumuladas	(1.710)	(1.660)					
<b>Intangível</b>	<b>45</b>	<b>102</b>					
Ativos intangíveis	440	462					
Amortizações acumuladas	(395)	(360)					
<b>Diferido</b>	<b>170</b>	<b>231</b>					
Gastos de organização e expansão	1.471	1.975					
Amortizações acumuladas	(1.301)	(1.744)					
<b>Total do ativo</b>	<b>311.609</b>	<b>224.952</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>311.609</b>	<b>224.952</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais)**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>169.886</b>	<b>(126.077)</b>	<b>43.809</b>
Aumento de capital (nota 14 (a))	17.684	-	17.684
Prejuízo do semestre	-	(17.348)	(17.348)
<b>Em 30 de junho de 2014</b>	<b>187.570</b>	<b>(143.425)</b>	<b>44.145</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>194.070</b>	<b>(150.526)</b>	<b>43.544</b>
Aumento de capital (nota 14 (a))	5.150	-	5.150
Prejuízo do semestre	-	(2.435)	(2.435)
<b>Em 30 de junho de 2015</b>	<b>199.220</b>	<b>(152.961)</b>	<b>46.259</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais)**

	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2.013</b>	<b>(9.896)</b>
<b>Prejuízo do semestre</b>	<b>(2.435)</b>	<b>(17.348)</b>
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo</b>		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (nota 7 (d))	61	3.014
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 7 (d))	585	3.849
Depreciações e amortizações (nota 19 (k))	138	158
Provisão (reversão) para riscos (nota 13 (a) e (b))	(338)	431
Atualização monetária - depósitos judiciais e contingências	(24)	-
<b>Prejuízo ajustado do semestre</b>	<b>(2.013)</b>	<b>(9.896)</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	-	(18)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	(21.055)	(4.738)
Relações interfinanceiras e interdependências	(33)	(15)
Operações de crédito (nota 7)	(21.882)	(46.228)
Outros créditos (nota 9)	(11.783)	(14.351)
Outros valores e bens (nota 8)	(39)	(189)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Depósitos (nota 11)	(9.553)	6.794
Relações interfinanceiras e interdependências (nota 19 (b))	(195)	6.155
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 11)	60.908	21.116
Instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	732	-
Outras obrigações (nota 12)	6.183	11.829
Resultado de exercícios futuros (nota 19 (c))	(63)	(7)
IRPJ e CSLL pagos	-	-
<b>Caixa gerado/aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>1.207</b>	<b>(29.548)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Alienação de imobilizado de uso	2	-
Aplicações no imobilizado de uso	(55)	(77)
Aplicações no ativo intangível	(2)	(2)
<b>Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(55)</b>	<b>(79)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital (nota 14 (a))	5.150	17.684
<b>Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>5.150</b>	<b>17.684</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.302</b>	<b>(11.943)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre (nota 4)	45.114	64.985
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre (nota 4)	51.416	53.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** O BPN Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco" ou "BPN Brasil"), sediado à Avenida das Nações Unidas, nº 8.501 - 19º andar, tem por objeto a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias inerentes aos bancos múltiplos e as respectivas carteiras autorizadas (comercial, crédito, financiamento e investimento, bem como autorizações para realização de operações rurais e de câmbio). O Banco

era controlado pelo Banco Português de Negócios S.A. (BPN Portugal), com sede em Porto - Portugal. Em 2008, todas as ações representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas pelo Governo de Portugal. O acionista controlador passou a ter natureza de sociedade anônima de capital público e detido pela Direção Geral do Tesouro e Finanças. A sua gestão foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos S.A. (CGD). Como parte do seu processo de reprivatização, o BPN constituiu durante o exercício de 2010 as entidades Parparticipadas, SGPS, S.A., Parvalor, S.A. e Parups, S.A., a quem alienou um conjunto de seus ativos. Dentro desse contexto, o BPN Brasil passou a ser controlado indiretamente pela Parparticipadas, SGPS, S.A.. Em 31 de julho de 2011, o Governo de Portugal, através de comunicado do seu Ministério das Finanças, anunciou a venda de parte do BPN Portugal ao Banco BIC, S.A. (Banco BIC). A operação foi concluída em 30 de março de 2012 e abrangeu somente parte da operação do BPN em Portugal, não incluindo a operação brasileira. Em 26 de setembro de 2013, o Banco BIC celebrou contratos de compra e venda de quotas da sociedade BPN Participações Brasil Ltda. (BPN Participações), detentora do capital social do BPN Brasil, com a Parparticipadas, SGPS, S.A. e com o Banco Angolano de Investimento, S.A., nos termos dos referidos contratos, o efetivo adquirente das quotas são os acionistas do Banco BIC. A operação foi submetida para análise e aprovação do Banco Central do Brasil - BACEN, ainda não homologada. A Administração do BPN Brasil vem tomando medidas visando à adequação de sua estrutura operacional e financeira aos patamares considerados adequados para fazer face aos seus negócios. Essas medidas incluem: (a) Aporte dos acionistas controladores de R\$ 45.834 nos últimos três exercícios, sendo R\$ 16.500 no ano de 2013, R\$ 24.184 no ano de 2014 e R\$ 5.150 no ano de 2015 (nota 14 (a)); (b) Manutenção do índice Basileia em níveis superiores ao exigido pelo BACEN (nota 20); (c) Avaliação, em curso, do seu quadro executivo e funcional, com o objetivo de reduzir não somente os custos administrativos, mas também uma readequação de um novo patamar organizacional; e (d) Monetizar os imóveis retomados através de leilões e manter o esforço de recuperação de créditos não realizados.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras do BPN Brasil foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN. A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos contábeis, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN estão relacionados abaixo e foram considerados na preparação das informações contábeis inseridas nessas demonstrações financeiras: • Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; • Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa; • Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas; • Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Eventos subsequentes; • Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; • Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações; • Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; e • Resolução CMN nº 4.144/12 - CPC 00 (R1) - Emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitam com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Não foram adotadas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ainda não recepcionadas pelo BACEN. Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A Administração do Banco concluiu que na presente

data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de agosto de 2015.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** (a) **Resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas posfixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. (b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários - carteira própria e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, conforme Resolução CMN nº 3.604/08. (c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. (d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - circular BACEN nº 3.068/01:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; e • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ("hedge") ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) Altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) Considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificadas como "hedge" de acordo com sua natureza (circular BACEN nº 3.082/02); • "Hedge" de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de "hedge" e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e • "Hedge" de fluxo de caixa - a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela não efetiva é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de "hedge" contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

continua...

**(e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas, até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia é vedado o reconhecimento de encargos de qualquer natureza. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, 5 anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise das operações efetuadas pela Administração para concluir quanto ao valor necessário para créditos de liquidação duvidosa, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, bem como as normas e instruções do CMN e do Banco Central do Brasil. **(f) Operações de câmbio:** As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base "pro rata" dia) auferidas e a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, quando aplicável. **(g) Investimentos:** Os investimentos em títulos patrimoniais são demonstrados ao custo de aquisição, ajustados pela atualização patrimonial informada pelas instituições. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos das provisões para perdas, quando aplicável. **(h) Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo móveis, instalações e equipamentos de comunicação - 10% e o sistema de processamento de dados - 20%. **(i) Diferido:** Os gastos de organização e expansão, registrados ao custo de aquisição ou formação correspondem ao seguinte: • Benefícios em imóveis de terceiros, amortizados linearmente com base no prazo de locação de três anos; e • Gastos com desenvolvimento de logísticos - correspondem às despesas com cessão de uso de sistemas de softwares e consultoria para implantação dos sistemas de contabilidade, empréstimos e gerenciais, amortizados linearmente pelo prazo de 60 meses. Na conta de diferido não são registrados novos gastos, mas somente a amortização pelo prazo remanescente, em atendimento a introdução da Lei nº 11.638/07. **(j) Ativo intangível:** Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por softwares, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso. **(k) Redução do valor recuperável:** O CPC 01 (R1) estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos não financeiros. Em 30 de junho de 2015 e 2014 não havia provisão para desvalorização de bens, além da provisão para desvalorização de bens não de uso próprio no montante de R\$ 374 (2014 - R\$ 374). **(l) Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS:** Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Porcentagem
Imposto de renda	15,00
Adicional de imposto de renda	10,00
Contribuição social	15,00
PIS	0,65
COFINS	4,00

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre (R\$ 240 no exercício) a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. **(m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. (i) Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; (ii) Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; (iii) Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; (iv) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais, que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. **(n) Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro rata" dia). **(o) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação do ativo imobilizado; (ii) amortização de itens do intangível; (iii) provisão para perdas com operações de crédito e passivos contingentes; (iv) impairment dos ativos não financeiros; e (v) ajuste a mercado de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nestas estimativas.

**(p) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:** Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para outra entidade. O Banco realiza operações de cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Disponibilidades	3.617	15.040
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	47.799	38.002
<b>Total</b>	<b>51.416</b>	<b>53.042</b>

#### 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

##### (a) Composição

	2015	2014
Aplicações no mercado aberto		
Lastro em títulos públicos (i) (nota 4)		
Letras do tesouro nacional - LTN	11.000	22.002
Notas do tesouro nacional - NTN	36.799	16.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Títulos privados		
CDI - Rural	-	830
<b>Total</b>	<b>47.799</b>	<b>38.832</b>

(i) Os prazos de vencimentos dos títulos que lastreiam as operações compromissadas, variam entre os meses de agosto de 2018 a agosto de 2022.

#### (b) Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2015	2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6 (d))	2.437	2.341

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS:** A composição da carteira de títulos e valores mobiliários está classificada na categoria "para negociação" e "mantidos até o vencimento", por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento, bem como a composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos. O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de atender às necessidades, a fim de administrar exposições a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. O gerenciamento e acompanhamento desse risco é efetuado por meio de políticas e estratégias de operação, assim como limites para posições assumidas e o crédito concedido às contrapartes, consoantes as diretrizes estabelecidas pela Administração.

##### (a) Composição por classificação

	2015		2014	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/contábil
Carteira própria e vinculada livres				
Letras financeiras do tesouro - LFTs	5.406	5.402	8.998	8.992
Vinculados ao Banco Central				
Letras financeiras do tesouro - LFTs	-	-	4.424	4.422
Vinculados à prestação de garantias				
Letras financeiras do tesouro - LFTs	28.235	28.222	7.244	7.240
Instrumentos financeiros derivativos "swaps"	10.781	10.963	-	-
<b>Total</b>	<b>44.422</b>	<b>44.587</b>	<b>20.666</b>	<b>20.654</b>

##### (b) Composição por emissor

	2015	2014
Títulos para negociação		
Público		
Governo federal	33.624	20.654
Instrumentos financeiros derivativos "swaps" - instituições financeiras	10.963	-
<b>Total</b>	<b>44.587</b>	<b>20.654</b>

##### (c) Composição por prazo de vencimento

	2015			2014		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos públicos						
Letras financeiras do tesouro - LFTs	23.096	10.528	33.624	20.654	-	20.654
Instrumentos financeiros derivativos "swaps"	8.251	2.712	10.963	-	-	-
<b>Total</b>	<b>31.347</b>	<b>13.240</b>	<b>44.587</b>	<b>20.654</b>	<b>-</b>	<b>20.654</b>

#### 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

##### (a) Composição total da carteira

	2015			2014		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total bruto	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total líquido
<b>Carteira de crédito</b>						
Empréstimos e títulos descontados	65.114	62.573	127.687	(1.897)	(2.407)	(4.304)
Financiamentos	13.737	379	14.116	(137)	(3)	(140)
Financiamentos rurais e agro-industriais	15.902	5.619	21.521	(87)	(28)	(115)
<b>Total de operações de crédito</b>	<b>94.753</b>	<b>68.571</b>	<b>163.324</b>	<b>(2.121)</b>	<b>(2.438)</b>	<b>(4.559)</b>
<b>Carteira de outros créditos</b>						
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 10)	20.425	-	20.425	(174)	-	(174)
Outros créditos - rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 10)	209	-	209	(2)	-	(2)
Títulos e créditos a receber (nota 9)	1.987	1.800	3.787	(208)	(805)	(1.013)
<b>Total de outros créditos</b>	<b>22.621</b>	<b>1.800</b>	<b>24.421</b>	<b>(384)</b>	<b>(805)</b>	<b>(1.189)</b>
<b>Total</b>	<b>117.374</b>	<b>70.371</b>	<b>187.745</b>	<b>(2.505)</b>	<b>(3.243)</b>	<b>(5.748)</b>

	2015			2014		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total bruto	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total líquido
<b>Carteira de crédito</b>						
Empréstimos e títulos descontados	23.573	32.055	55.628	(4.238)	(4.272)	(8.510)
Financiamentos	11.032	-	11.032	(110)	-	(110)
Financiamentos rurais e agro-industriais	35.024	6.657	41.681	(221)	(50)	(271)
<b>Total de operações de crédito</b>	<b>69.629</b>	<b>38.712</b>	<b>108.341</b>	<b>(4.569)</b>	<b>(4.322)</b>	<b>(8.891)</b>
<b>Carteira de outros créditos</b>						
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 10)	10.334	-	10.334	(934)	-	(934)
Outros créditos - rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 10)	353	-	353	(3)	-	(3)
Títulos e créditos a receber (nota 9)	9.561	-	9.561	(7.774)	-	(7.774)
<b>Total de outros créditos</b>	<b>20.248</b>	<b>-</b>	<b>20.248</b>	<b>(8.711)</b>	<b>-</b>	<b>(8.711)</b>
<b>Total</b>	<b>90.877</b>	<b>38.712</b>	<b>129.589</b>	<b>(13.280)</b>	<b>(4.322)</b>	<b>(17.602)</b>

##### (b) Composição por vencimento

	2015	2014
Operações vencidas	107	12.145
A vencer		
Até 90 dias	55.128	36.403
De 91 a 360 dias	62.139	41.329
Acima de 360 dias	70.371	38.712
<b>Total</b>	<b>187.745</b>	<b>128.589</b>

O risco da carteira e a provisão para créditos de liquidação duvidosa estão assim distribuídos:

Nível de risco	Percentual da provisão	Operações		Total	Provisão	2015		2014	
		vencidas	a vencer			Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	-	27.606	27.606	-	416	-	-	-
A	0,5	-	56.547	56.547	283	34.842	174	-	-
B	1	-	67.545	67.545	675	54.753	548	-	-
C	3	-	15.523	15.523	466	8.807	264	-	-
D	10	-	16.924	16.924	1.692	11.844	1.184	-	-
E	30	-	-	-	-	233	70	-	-
F	50	-	1.936	1.936	968	3.638	1.819	-	-
G	70	-	-	-	-	1.709	1.197	-	-
H	100	107	1.557	1.664	1.664	12.347	12.346	107	1.602
<b>Total</b>		<b>107</b>	<b>187.638</b>	<b>187.745</b>	<b>5.748</b>	<b>128.589</b>	<b>17.602</b>	<b>107</b>	<b>1.602</b>

##### (d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2015	2014
Saldos iniciais	7.645	10.669
Constituição/reversão líquida	646	6.863
Créditos baixados para prejuízo/revertidos	(2.543)	70
<b>Saldos finais</b>	<b>5.748</b>	<b>17.602</b>

**(e) Créditos renegociados:** O saldo dos créditos renegociados no semestre foi de R\$ 21.803 (2014 - R\$ 29.983). **(f) Recuperação de créditos baixados para prejuízo:** No semestre, o montante de créditos recuperados foi de R\$ 2.429 (2014 - R\$ 70).

#### (d) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

	2015	2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5 (b))	2.437	2.341
Rendas de títulos de renda fixa	1.823	931
<b>Total</b>	<b>4.260</b>	<b>3.272</b>

**(e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados por tipo de papel e possuem vencimento até outubro de 2016, como segue:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Valor nocional	Resultado do período
"Swaps"				
Pré-dólar X CDI	10.963	732	93.932	8.534
Futuros	-	88	17.249	1.774
<b>Total</b>	<b>10.963</b>	<b>820</b>	<b>111.181</b>	<b>10.308</b>

	2014		2014	
	Ativo	Passivo	Valor nocional	Resultado do período
Futuros	36	-	11.168	(1.301)

As operações de futuros, "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação pelo valor do contrato ou valor referencial e estão registradas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e de Futuros ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

**(f) Hedge contábil:** As operações de derivativos do BPN Brasil tem o objetivo de proteção da operação de captação de recursos, cuja valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado é registrada diretamente nas contas de resultado. Tais operações têm como objetivo primário a mitigação do risco de oscilação das taxas cambiais e de juros por conta das captações no exterior. O quadro a seguir demonstra os valores dos contratos designados como instrumentos financeiros de hedge e do item objeto de hedge, em 30 de junho de 2015:

	2015		
	Instrumentos de hedge de risco de mercado	Valor de mercado	Item objeto de hedge
Hedge de obrigações por empréstimos externos	109.428	109.172	6

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. O Banco aplica o hedge de risco de mercado para proteger contra o risco de exposição cambial para pagamentos de principal e dos juros cambiais prefixados, referente à captação de recursos contratados no exterior. Os relacionamentos de hedge foram designados a partir de outubro de 2014. A estrutura da operação é uma combinação de contratos de swap cambial utilizados como instrumentos derivativos de hedge e de obrigações por empréstimos no exterior captados em moeda norte americana, designado como item objeto de hedge. O valor a mercado da captação externa, item objeto de hedge, leva-se em consideração as características da operação com relação a taxa de juros e o seu prazo para determinação do valor futuro dos fluxos de caixa, que serão descontados a valor presente pelas taxas de mercado, calculadas com base nos preços negociados na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Em 30 de junho de 2015, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos qualificados como hedge contábil de fluxo de caixa.

##### (c) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Setor privado	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
Indústria	103.340	56.107		
Comércio	38.341	38.605		
Serviços	41.282	33.867		
Pessoas físicas	3.497	10		
Governo federal - outros serviços	1.285	-		
<b>Total</b>	<b>187.745</b>	<b>128.589</b>		

**8. OUTROS VALORES E BENS:** Referem-se a bens não de uso próprio recebidos em dação em pagamento de operações de crédito e despesas antecipadas.

##### Bens não de uso próprio

	2015	2014
Imóvel	17.725	17.711
Terreno	412	412
Máquinas e equipamentos	667	1.097
Provisão para desvalorização	(374)	(374)
<b>Total</b>	<b>18.430</b>	<b>18.846</b>

## 9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2015	2014
Títulos e créditos a receber (nota 7 (a))	3.787	9.561
Depósito judicial PIS (nota 13 (a))	2.031	1.826
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis (i)	1.300	1.186
Pagamentos a ressarcir	314	1
Adiantamentos diversos	204	189
Devedores por compra de valores e bens	522	836
Impostos a compensar	7	365
Devedores diversos no exterior (ii)	544	316
Outros valores a receber (iii)	1.200	21
<b>Total</b>	<b>9.909</b>	<b>14.301</b>
Curto prazo	5.278	12.245
Longo prazo	4.631	2.056

(i) Referem-se a valores depositados judicialmente em reclamações trabalhistas envolvendo ex-funcionários do Banco e da empresa Sabrico S.A. (Sabrico), bem como ações cíveis, consideradas como risco de perda provável, possível e remota pelos assessores jurídicos do Banco (vide nota 13 (b) e (c)).

(ii) Referem-se a valores pagos durante o processo de compra pelos acionistas do Banco BIC, os quais serão liquidados quando do encontro de contas previsto no contrato de compromisso de compra e venda.

(iii) Refere-se substancialmente a valores a receber pela alienação a prazo de bens móveis (nota 12).

## 10. OPERAÇÕES DE CÂMBIO

	2015	2014
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	26.297	18.907
Direitos sobre vendas de câmbio	3.698	5.794
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 7 (a))	209	353
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(2.139)	-
<b>Total</b>	<b>28.065</b>	<b>25.054</b>
Passivo		
Obrigações por compra de câmbio	24.442	17.962
Câmbio vendido a liquidar	3.690	5.770
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7 (a))	(20.425)	(10.334)
<b>Total</b>	<b>7.707</b>	<b>13.398</b>

## 11. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES, EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR E REPASSES: Abertura dos depósitos, captações e repasses por vencimento:

	2015					2014	
	Prazos (dias)					Total	Total
Depósitos	Sem vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total		
À vista	5.454	-	-	-	5.454	8.979	
Interfinanceiros	-	-	-	-	-	653	
A prazo	-	5.136	30.252	29.054	64.442	57.571	
<b>Total de depósitos</b>	<b>5.454</b>	<b>5.136</b>	<b>30.252</b>	<b>29.054</b>	<b>69.896</b>	<b>67.203</b>	
Empréstimos no exterior (i)	-	17.440	100.844	15.695	133.979	20.072	
Dívida subordinada (ii)	-	-	122	24.815	24.937	17.706	
Repasse no país (iii)	-	5.412	9.984	5.322	20.718	48.603	
<b>Total de depósitos e captações</b>	<b>5.454</b>	<b>27.988</b>	<b>141.202</b>	<b>74.886</b>	<b>249.530</b>	<b>153.584</b>	

(i) Representados por recursos captados no exterior junto às instituições financeiras. Em 30 de junho de 2015, os encargos financeiros variam entre 1,4044% a 2,4510% a.a. + libor (2014 - 2,43% a 2,77% a.a.), com vencimentos até outubro de 2016 (2014 - até dezembro de 2014). Conforme descrito na nota 6 (f) a porção correspondente a R\$ 109.172 é objeto de hedge de risco de mercado, estando contabilizada ao valor justo.

(ii) Dívida subordinada refere-se à captação no exterior junto ao BPN Portugal no montante de US\$ 8 milhões, realizada em 4 de junho de 2008. Na sequência da aquisição do capital social do BPN Portugal pelo Banco BIC, este passou a ser o credor da dívida subordinada, conforme atualização no BACEN em junho de 2014. A operação está autorizada a integrar o seu capital de nível II nos termos da Resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, e homologado pelo BACEN em 25 de agosto de 2008. Os encargos financeiros são calculados pela libor semestral mais spread com vencimentos até maio de 2018. Em 30 de junho de 2015 devido à nova regulamentação de capital que impôs limites de utilização da dívida subordinada, o valor computado de capital de nível II é de R\$ 11.490 (2014 - R\$ 10.624).

(iii) Representados por operações de repasses: Funcafé: Juros prefixados de 1% a 2%, com vencimentos até novembro de 2019.

## 12. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2015	2014
Provisões para pagamentos a efetuar - pessoal	1.081	992
Comissões a pagar (i)	251	251
Provisões para ações trabalhistas - Sabrico (ii) (nota 13)	-	2.197
Provisão de serviços técnicos especializados	71	136
Provisão de serviços de terceiros	126	187
Provisões para demais ações trabalhistas e cíveis (nota 13)	635	513
Provisão sobre fianças prestadas	113	-
Outras provisões operacionais (iii)	1.446	176
Provisão para publicação de balanço	43	47
Provisão para encargo financeiro	-	688
Aluguéis e condomínio	525	150
Outras	274	162
<b>Total</b>	<b>4.565</b>	<b>5.499</b>
Curto prazo	3.585	3.205
Longo prazo	980	2.294

(i) Comissões a pagar aos correspondentes bancários.

(ii) Refere-se ao saldo residual dos processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da Sabrico, pertencente ao grupo SLN, em que o BPN Brasil e o Banco BPN Portugal foram incluídos no polo passivo. A Administração do Banco mantém entendimentos com a Administração da Parparticipadas para, em caso de eventuais contingências futuras, ser ressarcido por aquele acionista quanto às causas da mesma natureza.

(iii) Refere-se substancialmente a provisão sobre valores relativos a alienação a prazo de bens móveis.

**13. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS: (a) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** PIS: O BPN Brasil ajuizou mandado de segurança para assegurar o direito de calcular e recolher PIS de acordo com a Lei Complementar nº 07/70, em relação aos fatos geradores ocorridos após março de 2006 ou, subsidiariamente, garantir o direito de recolher PIS somente com base em suas receitas provenientes da prestação de serviços, compensando-se os valores indevidamente recolhidos desde julho de 2003, nos termos das Leis nºs 9.430/96 e 9.250/95, por ser a Lei nº 9.718/98 não aplicável às instituições financeiras. O processo foi classificado como obrigação legal, tendo provisões e depósitos judiciais, conforme demonstrado:

	2015		2014	
	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial
Saldos iniciais	1.639	1.943	1.493	1.750
Constituição/reversão	4	4	16	14
Atualização	57	84	43	62
<b>Saldos finais</b>	<b>1.700</b>	<b>2.031</b>	<b>1.552</b>	<b>1.826</b>

(b) **Provisões para processos trabalhistas:** Sabrico: Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários da Sabrico, pertencente ao grupo SLN, em que o BPN Brasil foi incluído no polo passivo, pleiteando o recebimento de valores referentes a verbas rescisórias, em especial, aviso prévio, 13º salário, férias indenizadas e proporcionais, multa, horas extras e reflexos, danos materiais e morais. A provisão foi formulada levando em conta as verbas pleiteadas nas ações trabalhistas, observando-se a lei, jurisprudência e parecer dos assessores jurídicos externos. Em 30 de junho de 2015, não

há causa trabalhista com parecer provável de perda. Demais ações trabalhistas: Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários do BPN Brasil pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidas, em especial horas extras e reflexos. As causas prováveis trabalhistas foram provisionadas, conforme demonstrado:

	2015		2014	
	Demais ações Sabrico	trabalhistas	Demais ações Sabrico	trabalhistas
Saldos iniciais	2.306	513	2.092	230
Constituição	-	516	105	283
Reversão por baixa	(2.306)	(433)	-	-
<b>Saldos finais</b>	<b>-</b>	<b>596</b>	<b>2.197</b>	<b>513</b>
Depósito judicial	-	46	-	499

(c) **Provisão para processo cível:** Ação cível da BPN Creditus, onde o Banco foi mencionado no polo passivo:

	2015		2014	
	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial
Saldos iniciais	-	40	-	40
Constituição	39	-	-	-
<b>Saldos finais</b>	<b>39</b>	<b>40</b>	<b>-</b>	<b>40</b>

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (a) Capital social:** O capital social está representado por 194.294.940 (2014 - 182.644.387) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas. O quadro a seguir, demonstra os aumentos de capital ocorridos nos períodos de 2014 e 2015:

Data da AGE	Data da homologação no BACEN	Capital anterior	Quantidade de ações anterior	Aumento de capital	Quantidade de ações emitidas	Capital atual	Quantidade de ações atual
28/01/2014	06/02/2014	169.886	164.960.609	1.636	1.635.861	171.522	166.596.470
21/02/2014	05/03/2014	171.522	166.596.470	3.648	3.648.001	175.170	170.244.471
27/03/2014	01/04/2014	175.170	170.244.471	2.000	2.000.001	177.170	172.244.472
29/04/2014	05/05/2014	177.170	172.244.472	6.000	5.999.914	183.170	178.244.386
25/06/2014	01/07/2014	183.170	178.244.386	4.400	4.400.001	187.570	182.644.387
25/07/2014	01/08/2014	187.570	182.644.387	6.500	6.500.000	194.070	189.144.387
29/01/2015	03/01/2015	194.070	189.144.387	5.150	5.150.553	199.220	194.294.940

(b) **Reserva de lucros:** Conforme determinado na Lei nº 6.404/76, a reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do semestre, limitada a 20% do capital social. (c) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

**15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações são demonstrados a seguir:

	2015	2014
Resultado antes do IR e da CS	(2.435)	(17.348)
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL	974	6.939

Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes

	2015	2014
Despesas não dedutíveis	(362)	(1.635)

Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias sem constituição de crédito tributário

	2015	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(834)	(4.085)

Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2015	2014
Provisão para riscos fiscais	(24)	(24)
Provisão para riscos trabalhistas	(206)	(113)
Outras diferenças temporárias	57	(5)

Prejuízo fiscal e base negativa do semestre não registrados

	2015	2014
<b>Total do crédito (despesa) de IR e CS contabilizado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Créditos tributários não constituídos:** Em 30 de junho de 2015, existiam créditos tributários não constituídos no montante de R\$ 51.386 (2014 - R\$ 48.018), sendo R\$ 25.416 (2014 - R\$ 25.139) sobre diferenças temporárias e R\$ 25.970 (2014 - R\$ 22.879) sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

**16. PARTES RELACIONADAS:** As transações com partes relacionadas estão refletidas nas seguintes contas:

## (a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2015	2014
Remuneração e encargos	1.218	920
Previdência privada	42	39

O Banco possui o plano de previdência privada complementar como benefício aos seus funcionários na modalidade PGBL do HSBC Vida e Previdência S.A. e contribui com o mesmo montante aplicado pelo contribuinte. No semestre o valor foi de R\$ 133 (2014 - R\$ 120).

## (b) Outras partes relacionadas

	Passivo		Resultado	
	2015	2014	2015	2014
BPN Creditus Brasil Promotora de Vendas				
Certificado de depósito bancário	1	1	-	-
Depósito à vista	5	6	-	-

BPN Participações Brasil Ltda.

	2015	2014
Certificado de depósito bancário	34	30
Depósito à vista	-	1
Diretoria	-	-

Depósito à vista

	2015	2014
Depósito à vista	35	-
Depósito a prazo	119	-

Os saldos e transações com os propositos adquirentes do capital social da BPN Participações Brasil Ltda., ou com entidades por estes detidas direta ou indiretamente, são os seguintes:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Banco BIC, S.A.						
Disponibilidades em moedas estrangeiras	804	154	-	-	-	-

Dívida subordinada elegível a capital

	2015	2014
Obrigações em moeda estrangeira	-	-
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-

Os saldos e transações com os propositos adquirentes do capital social da BPN Participações Brasil Ltda., ou com entidades por estes detidas direta ou indiretamente, são os seguintes:

	2015	2014
Reversão de provisões - outras	-	28

Rendas de títulos de crédito - sem característica de concessão de crédito

	2015	2014
Recuperação de encargos e despesas	157	183
Atualização de depósito judicial	69	72
Recuperação de créditos baixado para prejuízo	104	63
Reversão da provisão de contingência trabalhista processos Sabrico	2.429	-

**Total**

	2015	2014
<b>Total</b>	<b>5.054</b>	<b>346</b>

## 18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Provisão sobre fianças prestadas (nota 13)	113	-
Outras provisões operacionais	1.446	-

Constituições/atualizações de riscos fiscais e trabalhistas

	2015	2014
Ação processo Sabrico (*)	688	327
Descontos concedidos	23	1.158
Outras despesas operacionais	791	2.602
<b>Total</b>	<b>3.093</b>	<b>4.097</b>

(\*) Refere-se à condenação de processos da Sabrico no valor de R\$ 23 (2014 - R\$ 1.054). Em 30 de junho de 2015, não houve constituição de provisão (2014 - R\$ 104).

(d) **Passivos contingentes classificados como risco de perda possível:** São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Os principais processos são: Sabrico: Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários da empresa Sabrico, pertencente ao grupo SLN, em que o BPN Brasil foi incluído no polo passivo, pleiteando o recebimento de valores referentes a verbas rescisórias, em especial, aviso prévio, 13º salário, férias indenizadas e proporcionais, multa, horas extras e reflexos, danos materiais e morais, no valor de R\$ 6.037 (2014 - R\$ 8.127), para as quais existem depósitos judiciais no montante de R\$ 887 (2014 - R\$ 348). Demais ações trabalhistas e cíveis: Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários do Banco pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidas, em especial horas extras e reflexos. Ações cíveis pleiteando a revisão de cláusulas de contratos firmados com o Banco, em especial encargos, juros e multa, no valor de R\$ 1.386 (2014 - R\$ 263), para os quais existem depósitos judiciais no montante de R\$ 271 (2014 - R\$ 303). Depósito judicial sobre ações cujo diagnóstico de perda é remoto R\$ 56 (2014 - R\$ 36). Desmutualização dos títulos patrimoniais da CETIP: O Banco possui processo administrativo no valor de R\$ 473 que tem por objeto apurar ganho tributável, auferido em julho de 2008, na alegada devolução de patrimônio social decorrente do processo conhecido como desmutualização da CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP Associação").

**19. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: (a)** No 1º Semestre de 2015, não foi realizada cessão de operação de crédito sem coobrigação (2014 - R\$ 70, com resultado negativo de R\$ 39). (b) **Relações interdependências - Recursos em trânsito de terceiros, no passivo, referem-se a ordens recebidas no exterior a cumprir de clientes, no montante de R\$ 516 (2014 - R\$ 6.078). (c) Resultados de exercícios futuros referem-se a comissões recebidas sobre garantias prestadas e a retenção de rendas sobre operações de crédito, a serem diferidas pelo prazo dos contratos, no montante de R\$ 92 (2014 - R\$ 92). (d) As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outras garantias, totalizam R\$ 26.089 (2014 - R\$ 12.441) e estão registradas em conta de compensação. No 1º semestre de 2015 não existem valores de avais e fianças honradas a terceiros.**

	2015	2014
<b>(e) Receita da intermediação financeira - operações de crédito</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Rendas de empréstimos	10.228	1.755
Rendas de financiamentos	110	1
Rendas de financiamentos à exportação	846	182
Rendas de financiamentos rurais	1.042	747
<b>Total</b>	<b>12.226</b>	<b>2.685</b>

**(f) Receita da intermediação financeira - operações de câmbio**

...continuação

dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente aquelas que atuam no ramo segurador. As novas regras para a apuração dos requisitos mínimos de capital estabelecem porcentagens do montante dos ativos ponderados pelo risco e constituem requerimentos de capital a serem observados pelas instituições financeiras, e que seguirão o cronograma apresentado a seguir:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Capital principal (a) (mínimo + adicional)	4,5%	4,5%	4,5%	5,125 a 5,75%	5,75 a 7,0%	6,375 a 8,25%	7,0 a 9,5%
Nível I (b) (mínimo + adicional)	5,5%	5,5%	5,5%	6,625 a 7,25%	7,25 a 8,5%	7,875 a 9,75%	8,5 a 11,0%
PR (c) (mínimo + adicional)	11,0%	11,0%	11,0%	10,5 a 11,125%	10,5 a 11,75%	10,5 a 12,375%	10,5 a 13,0%

(a) Capital Principal - composto por ações, quotas, reservas e lucros retidos;

(b) Nível I - composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e

(c) PR (patrimônio de referência) - composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Também foi criado o Adicional de Capital Principal, que representa o capital suplementar de conservação (fixo) e contra cíclico (variável) que, ao final do período de transição, deverá ser de no mínimo 2,5% e no máximo 5% do montante dos ativos ponderados pelo risco, sendo que este percentual será estabelecido pelo BACEN conforme as condições macroeconômicas da época. As novas regras de Basileia III passaram a vigorar a partir de 1º de outubro de 2013 e seguem cronograma elaborado internacionalmente até sua efetiva implantação em 1º de janeiro de 2022. No quadro a seguir, estão demonstradas a apuração das exigibilidades de patrimônio de referência e o índice de Basileia, considerando a regra vigente:

	2015	2014
<b>Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)</b>	<b>57.578</b>	<b>54.537</b>
<b>Patrimônio de referência Nível I</b>	<b>46.088</b>	<b>43.913</b>
Patrimônio líquido (nota 15)	46.088	43.913
<b>Patrimônio de referência Nível II</b>	<b>11.490</b>	<b>10.624</b>
<b>Ativos ponderados pelo risco (RWA)</b>	<b>28.711</b>	<b>17.088</b>
Exposição ao risco de crédito - RWAcpad (anteriormente Pepr)	26.361	16.680
Risco operacional - RWAopad (anteriormente Popr)	1.728	324
Risco mercado - RWAcam (anteriormente Pcam)	506	84
<b>Patrimônio de referência mínimo exigido (RWA x 11%)</b>	<b>28.711</b>	<b>17.088</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>22,06%</b>	<b>35,11%</b>
Parcela de taxa de juros no <i>Banking Book</i> (Pbanking)	116,63	50,31

**21. GERENCIAMENTO DE RISCOS:** (a) **Risco operacional:** Com o intuito de envolver todos os funcionários do BPN Brasil, a estrutura da área retrata uma atuação compartilhada do controle do risco operacional, em que todos os funcionários devem acompanhar a conformidade de seus processos e a exposição ao risco a que as atividades estão sujeitas para estabelecer e praticar controles internos e planos de ação que minimizem o risco e corrijam as deficiências. A estrutura de risco operacional no Banco está subordinada à Diretoria financeira e administrativa, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam à mitigação desses riscos. O BPN Brasil implantou uma estrutura de gerenciamento do risco operacional em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380/06 e compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas do Banco, cuja política foi aprovada pela comissão executiva do BPN Brasil. (b) **Administração de risco de crédito:** Em conformidade com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nºs 2.682/99, 2.844/01, 3.721/09, e outras), e da filosofia de risco da organização, a estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BPN Brasil está preparada para identificar, mensurar, controlar e definir ações para mitigação dos riscos associados ao crédito, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pelo Banco. (b.1) Principais atribuições e responsabilidades da gestão de crédito: Comitê de crédito: Avalia e decide sobre todos os limites e/ou aprovações de operações de crédito submetidas pela área comercial. O comitê de crédito é o único órgão com alçada para aprovações de crédito, que têm como regra a aprovação condicionada ao parecer favorável por unanimidade dos membros

do comitê. (b.2) Análise de crédito: Efetua análise econômico-financeira dos clientes, qualidade das informações e restritivos (apontamentos, PLD, etc.), fornecendo parecer técnico e relatórios para apreciação do comitê de crédito. (b.3) Monitoramento de crédito: Confecciona as atas de comitê de crédito, controla os limites e autoriza desembolsos após verificação da conformidade das políticas internas e especificações das aprovações do comitê e emite diversos relatórios gerenciais destinados à gestão dos riscos pelas partes interessadas. (b.4) Risco de crédito: Efetua análise macro dos riscos de concentração, executa *backtests* definindo cenários, analisa os eventos de perda e registra as perdas materializadas em base de dados específica. (b.5) Recuperação de crédito: Gestão dos créditos problemáticos e executa ações visando à recuperação de créditos não liquidados. (c) **Administração de risco de mercado e de liquidez:** A área de gestão de riscos de mercado e liquidez é uma área independente, qualificada, formada por profissionais altamente capacitados e reporta-se diretamente à Diretoria de gestão de riscos. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo manter um controle estruturado para o acompanhamento das posições dos ativos negociáveis e dos passivos exigíveis, em consonância com o perfil operacional do BPN Brasil, de forma a evidenciar o risco de liquidez, conforme determina a Resolução CMN nº 4.090/12. Neste contexto, a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de instrumentos como VaR - *Value-at-Risk*, *stress test*, *backtesting*. (d) **Gerenciamento de capital:** O BPN Brasil possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com o porte e complexidade de suas operações, visando o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos os quais está exposto, em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 3.988/11. O resumo das descrições das estruturas de gerenciamento de riscos está publicado em diretório de acesso público, disponível no endereço: [http://www.bpnbrasil.com.br/gestaoederiscos\\_politicas.htm](http://www.bpnbrasil.com.br/gestaoederiscos_politicas.htm).

**22. ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO FISCAL:** Em 21 de maio de 2015, foi publicada a medida provisória nº 675, que eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20%, a partir do dia 1º de setembro de 2015.

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Alberto Fortuna Stouthandel  
Rodrigo Cristoforo del Barrio

Ivan Luis Nacsa - CRC TC 1SP - 210951/O-1

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do **BPN Brasil Banco Múltiplo S.A.** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do BPN Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que

são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. - **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BPN Brasil Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Ênfases - Riscos trabalhistas** - Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, que menciona que o Banco foi citado em diversas ações judiciais de natureza trabalhista, impetradas contra a antiga empresa não financeira no Brasil, ligada ao seu antigo acionista controlador em Portugal, para as quais a classificação de risco foi avaliada pelo assessor jurídico como possível, no montante de R\$ 6.037 em 30 de junho de 2015. A referida antiga empresa ligada, entretanto, ainda possui outras ações trabalhistas em discussão judicial, nas quais o Banco não foi citado judicialmente até o presente momento e nenhuma provisão foi registrada, tendo em vista a não existência de uma obrigação presente estimada, de acordo com a Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Prejuízos operacionais** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Administração do Banco no Brasil vem tomando uma série de medidas visando à adequação de sua estrutura operacional e financeira aos patamares considerados adequados para fazer face aos seus negócios, que incluem aportes

de capital, manutenção do Índice de Basileia em níveis superiores ao exigido pelo Banco Central do Brasil, avaliação do seu quadro executivo e funcional e desenvolvimento de um plano de negócios, objetivando reverter a situação deficitária atual. Portanto, a continuidade do Banco depende do sucesso dessas medidas e da continuidade do suporte financeiro do acionista controlador. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Alienação do controle acionário do acionista controlador indireto** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 31 de julho de 2011, o Governo de Portugal anunciou a venda do controle acionário do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), até então acionista controlador indireto do Banco, como resultado do processo de reprivatização iniciado em 2010. Este processo foi finalizado em 30 de março de 2012 com a venda definitiva do BPN em Portugal, sendo que, após esta formalização da venda, o BPN Brasil Banco Múltiplo S.A. passou a ser controlado indiretamente pelo Governo de Portugal, através de empresa localizada naquele país, denominada Parparticipadas, SGPS, S.A. que através de contrato celebrado em 26 de setembro de 2013 alienou a totalidade das cotas da controladora do Banco (BPN Participações Brasil Ltda.) ao Banco BIC S.A., sediado em Angola, e aos seus acionistas indicados. Essa operação foi submetida para análise e aprovação do Banco Central do Brasil - Bacen. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 25 de agosto de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita  
Contador  
CRC nº 1 SP 201506/O-5

**Deloitte**